TAXA DE INCIDÊNCIA DE DENGUE

1. Conceituação

- Número de casos novos confirmados de dengue (clássico e febre hemorrágica do dengue), por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (códigos A90-A91 da CID-10).
- A definição de caso confirmado de dengue baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o País[1].

2. Interpretação

- Estima o risco de ocorrência de casos de dengue, sob a forma endêmica ou epidêmica.
- A ocorrência de casos está relacionada à picada do mosquito *Aedes aegypti* infectado com o vírus do dengue (grupo dos *Flavivirus*), dos sorotipos 1, 2, 3 ou 4. O vetor está presente em todos os estados brasileiros e, ao menos em 19 deles, há circulação simultânea dos sorotipos 1 e 2 do vírus do dengue. O sorotipo 3 foi detectado pela primeira vez no final do ano de 2000, e não há registro da ocorrência do tipo 4 no Brasil.
- Taxas elevadas de incidência de dengue estão associadas a condições ambientais propícias à proliferação do *Aedes aegypti* e a insuficientes ações de controle vetorial. Epidemias tendem a eclodir quando mais de 5% dos prédios apresentam focos do vetor, cujo habitat é urbano e domiciliar.

3. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais na distribuição dos casos confirmados de dengue, como parte do conjunto de ações de vigilância epidemiológica para prevenção e controle da doença.
- Avaliar e orientar medidas de controle vetorial do *Aedes aegypti*.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas ao controle de doenças de transmissão vetorial.

4. Limitações

- A qualidade dos dados para a construção do indicador depende das condições técnico-operacionais do sistema de vigilância epidemiológica, em cada área geográfica, para detectar, notificar, investigar e realizar testes laboratoriais específicos para a confirmação diagnóstica de casos de dengue.
- Dificuldades para identificar as formas clínicas leves e moderadas, que constituem a maioria dos casos de dengue, condicionam a subnotificação de casos. Em situações epidêmicas, esses casos tendem a ser confirmados em base clínico-epidemiológica, o que impõe atenção na análise de séries temporais.

[1] BRASIL. Ministério da Saúde. Centro Nacional de Epidemiologia. Vigilância epidemiológica de doenças e agravos específicos: dengue. **In: Guia de vigilância epidemiológica**. Brasília, 1998.

- Os dados utilizados nesse indicador não estão desagregados por formas clínicas (dengue clássica e febre hemorrágica do dengue) nem por tipos imunológicos de vírus circulantes.

5. Fonte

Ministério da Saúde/Cenepi: base de dados do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica: boletins de notificação semanal e Sistema Informações de Agravos de Notificação – Sinan (a partir de 1998). Utilização da base de dados demográficos fornecida pelo IBGE.

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número de casos novos de dengue (todas as formas) confirmados em residentes}}{\text{população total residente}} \times 100.000$$

7. Categorias sugeridas para análise

- Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal, regiões metropolitanas e municípios das capitais.
- Faixa etária: 0-4, 5-9, 10-19, 20-39, 40-59 e 60 anos e mais de idade.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa de incidência de dengue (por 100 mil).
Brasil e grandes regiões – 1991 a 2000*.

Região	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	**71,1**	**1,1**	**4,9**	**36,8**	**88,3**	**117,0**	**156,1**	**326,6**	**127,9**	**144,4**
Norte	21,9	-	-	0,2	28,8	23,9	191,1	227,6	124,6	248,8
Nordeste	18,9	-	1,8	112,2	134,7	281,0	420,8	496,7	242,5	259,8
Sudeste	143,2	2,6	7,9	1,3	70,6	51,2	33,3	363,0	95,5	92,7
Sul	-	-	-	-	13,4	22,2	3,0	12,2	6,0	19,2
Centro-Oeste	46,1	-	14,7	58,3	239,9	150,3	120,4	186,9	125,8	150,2

* Dados de 2000 sujeitos a revisão.
Fonte: Ministério da Saúde/Cenepi: base de dados do Sistema Nacional da Vigilância Epidemiológica.

A tabela mostra um primeiro pico de incidência em 1991, correspondente à epidemia que acometeu grandes centros urbanos, sobretudo do Sudeste, no período 1990-91. Em 1994, inicia-se novo recrudescimento do dengue, que acompanha a rápida dispersão do vetor em estados e municípios do interior do País. Nesse período, observa-se aumento significativo da incidência também nas regiões Norte e Centro-Oeste e o surgimento de casos na região Sul, principalmente no estado do Paraná, refletindo a adaptação do vetor a clima mais frio. O ápice epidêmico da década é atingido em 1998, quando foram notificados 528 mil casos, 90% dos quais localizados nas regiões Nordeste e Sudeste.